

O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Contribuições e Desafios

Brazil and South-South Cooperation: Contributions and challenges

BRUNO AYLLÓN PINO*
IARA COSTA LEITE**

Meridiano 47 n. 113, dez. 2009 [p. 18 a 18]

No dia 19 de dezembro, foi comemorado mais um dia da Cooperação Sul-Sul nas Nações Unidas. A data remete ao endosso da Assembleia Geral da ONU ao Plano de Ação de Buenos Aires sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, de 1978. Essa modalidade de cooperação passou a ser vista como mais eficiente na promoção do desenvolvimento por três razões principais: pela maior aplicabilidade de soluções concebidas nos países do Sul (é o caso, por exemplo, da tecnologia para a produção de alimentos em zonas tropicais, desenvolvida nos países localizados nessa região); pelo deslocamento das atividades de pesquisa nos países industrializados para o setor privado, impossibilitando sua transferência gratuita ou a baixo custo; pela ausência ou grau reduzido das condicionalidades (macroeconômicas ou de governança) ligadas à assistência provida pelos países em desenvolvimento.

Trinta anos depois da realização da Conferência de Buenos Aires, o Brasil se consolidou como um dos protagonistas nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul. Uma das contribuições brasileiras diz respeito ao engajamento na transferência de um conjunto de conhecimentos técnicos e de soluções que tiveram impacto positivo sobre o desenvolvimento nacional e que podem ser replicados em países com desafios semelhantes. Essa transferência se faz em uma ampla gama de setores e mobiliza uma diversidade de parceiros nacionais, entre ministérios, secretarias, fundações, universidades, centros de pesquisa, empresas e ONGs. Na área de qualificação profissional, por exemplo, o governo brasileiro atua em parceria com o

SENAI na estruturação de Centros de Formação Profissional para apoiar esforços de reconstrução em países atingidos por conflitos, como Angola e Timor-Leste. Já em parceria com a EMBRAPA, são desenvolvidos projetos que vão desde a transferência de tecnologias para a produção de biocombustíveis e alimentos em zonas tropicais à organização das cadeias produtivas agrícolas nacionais. Outro exemplo é a parceria com a Fiocruz na transferência da tecnologia dos Bancos de Leite Humano, que tiveram grande impacto na redução da mortalidade infantil no Brasil, para países latino-americanos e africanos.

Em segundo lugar, a atuação brasileira é destacada em vista de iniciativas conjuntas com organizações internacionais e países industrializados, que financiam a transferência das soluções brasileiras para países menos desenvolvidos. O engajamento na chamada “cooperação triangular” vem adquirindo importância no Haiti, onde o governo brasileiro conta com a parceria: do Canadá, no aprimoramento das ações de imunização; da Espanha, na recuperação ambiental e promoção do desenvolvimento agro-florestal sustentável; do Fundo de População das Nações Unidas, no combate à violência contra as mulheres; do Banco Mundial, em programas de merenda escolar e de manejo de resíduos sólidos; e da Organização Internacional do Trabalho, no combate ao trabalho infantil.

O Haiti também tem sido palco para o desenvolvimento de uma nova modalidade de cooperação, envolvendo dois ou mais países do Sul em benefício de um terceiro. É o caso, por exemplo, da parceria

* Pesquisador do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação da Universidade Complutense de Madri – IUDC/UCM (brunespa@gmail.com).

** Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

Brasil-Argentina em projeto de construção de cisternas para a produção de hortaliças e outros cultivos; e do projeto “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles”, cuja primeira fase foi financiada pelo Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e recebeu prêmio das Nações Unidas como melhor iniciativa de Cooperação Sul-Sul em 2006.

O empenho do Brasil em transferir técnicas acessíveis e eficazes na promoção do desenvolvimento, sem visar ao lucro ou estabelecer condicionalidades, constitui, segundo vozes oficiais e muitos analistas, uma importante contribuição para a Cooperação Sul-Sul. Diferentemente dos dois maiores doadores emergentes, China e Índia, o Brasil não seria guiado por interesses políticos e econômicos de curto prazo, mas pela realização de interesses comuns em prol do desenvolvimento, sem que isso implique reprodução da clivagem Norte-Sul característica da Guerra Fria. Com efeito, o envolvimento crescente de doadores tradicionais na cooperação brasileira aponta uma busca de soluções pragmáticas para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que constitui indicativo de um comprometimento mais amplo com o multilateralismo.

Isso não significa, contudo, que as ações brasileiras se pautem apenas pela lógica da solidariedade. A cooperação com países menos desenvolvidos guarda, sem dúvida, relação com objetivos mais amplos ligados à abertura de mercados para produtos, serviços e investimentos brasileiros; à preservação dos interesses nacionais em países onde estejam ameaçados; e à busca de prestígio e de apoio para que o Brasil venha eventualmente ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A busca pela realização dos interesses nacionais brasileiros nos parece legítima na medida em que não incorra em ações intervencionistas ou de caráter meramente assistencial. A satisfação de todas as partes envolvidas na Cooperação Sul-Sul é essencial para que ela se sustente ao longo do tempo e para que iniciativas hoje pontuais possam evoluir para arranjos mais duradouros de cooperação. Porém, ainda é necessário que o Brasil reúna esforços para a construção de uma política nacional de Cooperação Sul-Sul, dificultada

em grande medida pela dispersão institucional das iniciativas e pela ausência de um sistema unificado de contabilidade dos recursos destinados à cooperação. Aqui, o maior envolvimento do país nas atividades do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE poderia ser um instrumento poderoso para a centralização nacional das iniciativas e para a constituição de uma política brasileira na área.

Além disso, o país enfrenta críticas internas ao empenho de recursos nacionais na cooperação com outros países do Sul. Se o argumento da solidariedade é suficiente para angariar apoio de alguns setores da sociedade brasileira, esforços de divulgação dos ganhos obtidos pelo Brasil com a Cooperação Sul-Sul, no que se refere ao desenvolvimento nacional, são fundamentais para que a sociedade civil seja informada sobre a relevância da participação brasileira nessas iniciativas. O empresariado brasileiro parece já ter entendido isso e talvez possa ajudar na tarefa.

Recebido em 23/12/2009
Aprovado em 27/12/2009

Resumo: Devido a seu engajamento na transferência, para outros países em desenvolvimento, de um conjunto de conhecimentos técnicos e de soluções que tiveram impacto positivo sobre o desenvolvimento nacional, o Brasil se consolidou como um dos protagonistas da Cooperação Sul-Sul. Contudo, o país ainda não possui uma política consolidada na área, sendo este o principal desafio para sua sustentação a longo prazo.

Abstract: Because of its engagement in the tranference of technical knowledge and solutions, which had positive impacts on national development, to other developing countries, Brazil has become one of the protagonists in South-South Cooperation. However, the country still doesn't have a solid policy in the area, and this is the main challenge to its sustainability.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Brasil; Política Externa.

Key words: South-South Cooperation; Brazil; Foreign Policy.